



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA



PROGRAMA DE DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Abordagem Policial e Perfilamento Racial

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 60 h/a

Verificação: AA + AC

ELABORAÇÃO: João de Deus da Silva Gê Júnior <https://orcid.org/0009-0003-5286-4740>

SUPERVISÃO:

José Gracildo de Carvalho Júnior <https://orcid.org/0000-0001-5794-2865>

Marcio Leal Dias <https://orcid.org/0009-0006-7686-1618>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18285075>

EMENTA:

Estudo dos fundamentos jurídicos da abordagem policial à luz da Constituição Federal, do Código de Processo Penal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Análise da fundada suspeita como requisito legal da intervenção policial e dos limites da discricionariedade na atuação ostensiva. Compreensão do racismo estrutural e de seus efeitos indiretos sobre as práticas institucionais de controle social.

Discussão sobre perfilamento racial, territorialização do risco e seletividade penal. Impactos das abordagens arbitrárias na legitimidade institucional, na proteção dos direitos fundamentais e na governança da segurança pública. Padronização de procedimentos operacionais e adoção de diretrizes antidiscriminatórias. Formação ética, técnica e jurídica do policial militar para atuação profissional baseada em critérios objetivos, proporcionalidade e respeito à dignidade da pessoa humana.

2. OBJETIVOS

GERAL:

Capacitar o policial militar para realizar abordagens policiais fundamentadas em critérios objetivos, juridicamente válidos e compatíveis com a proteção dos direitos fundamentais, prevenindo práticas discriminatórias e qualificando a tomada de decisão operacional.

ESPECÍFICOS:

- a) Compreender os fundamentos constitucionais e legais da abordagem policial e da fundada suspeita.
- b) Analisar a jurisprudência do STF e do STJ aplicável às abordagens policiais e às provas delas decorrentes.
- c) Identificar mecanismos institucionais e operacionais que favorecem a seletividade e o perfilamento racial indireto.
- d) Desenvolver capacidade crítica para reconhecer vieses decisórios na atuação policial.
- e) Aplicar diretrizes técnicas antidiscriminatórias em simulações e estudos de caso.
- f) Fortalecer a cultura organizacional orientada à legalidade, proporcionalidade e controle da discricionariedade.

3. COMPETÊNCIAS**3.1 Conhecimento**

- a) Fundamentos jurídicos da abordagem policial e da fundada suspeita.
- b) Jurisprudência constitucional e infraconstitucional sobre abordagens e buscas pessoais.
- c) Conceitos de racismo estrutural, seletividade penal e territorialização do risco.
- d) Normas institucionais e procedimentos operacionais da PMPA.

3.2 Habilidade

- a) Identificar situações que configuram fundada suspeita de forma objetiva.
- b) Avaliar criticamente decisões operacionais à luz da legalidade.
- c) Aplicar protocolos técnicos em abordagens simuladas.
- d) Redigir registros operacionais compatíveis com os requisitos legais.

3.3 Atitudes

- a) Compromisso com a legalidade e com a proteção da dignidade da pessoa humana.
- b) Postura ética na condução de abordagens policiais.
- c) Responsabilidade institucional e autocontrole decisório.
- d) Abertura à revisão crítica de práticas tradicionais.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – Fundamentos Jurídicos da Abordagem Policial (15 h/a)

- Princípios constitucionais aplicáveis à atuação policial.
- Fundada suspeita no Código de Processo Penal.
- Limites da busca pessoal e da revista veicular.
- Jurisprudência do STF e do STJ sobre legalidade das abordagens.

Unidade II – Racismo Estrutural e Seletividade Penal (15 h/a)

- Racismo estrutural e instituições de controle social.
- Perfilamento racial e seus efeitos indiretos.
- Territorialização do risco e estigmatização de espaços urbanos.
- Impactos sociais e institucionais das abordagens seletivas.

Unidade III – Tomada de Decisão Policial e Discricionariedade (15 h/a)

- Discricionariedade administrativa e controle jurídico.
- Vieses cognitivos e construção da suspeição.
- Pressões institucionais e produtividade operacional.
- Análise de casos reais e decisões judiciais.

Unidade IV – Padronização Operacional e Práticas Antidiscriminatórias (15 h/a)

- Diretrizes técnicas de abordagem policial.
- Protocolos operacionais e registros administrativos.
- Simulações práticas de abordagem.
- Boas práticas institucionais e prevenção de litígios.

5. AVALIAÇÃO

Escrita: prova mista (questões objetivas e subjetivas).

Avaliação de Conduta (AC): participação em atividades práticas, estudos de caso e simulações operacionais.

6. ESTRATÉGIAS DE ENSINO

- (X) Aula expositiva dialogada;
- (X) Estudo de caso;
- (X) Simulação;
- (X) Estudo dirigido;
- (X) Seminário.

7. RECURSOS DIDÁTICOS

- Projetor multimídia e computador.
- Slides didáticos.
- Roteiros de estudo de caso.
- Protocolos operacionais simulados.
- Textos jurisprudenciais e normativos.

8. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

- Análise coletiva de decisões judiciais envolvendo abordagem policial.
- Discussão orientada de estudos de caso operacionais.
- Simulações de abordagem com aplicação de protocolos técnicos.
- Debates dirigidos sobre dilemas éticos e jurídicos da atuação policial.
- Exercícios de registro técnico de ocorrências.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 43, 1995.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

ALVES, Jader Santos. **A atuação policial na perspectiva de jovens negros: vozes dos invisíveis**. Dissertação (Mestrado) – UFBA, 2017.

AMPARO, Thiago de Souza; SANTOS, Amanda Laysi Pimentel dos; SOUZA, Mayara Silva de. O problema da fundada suspeita no Brasil: impasses metodológicos e possibilidades de pesquisa. **Revista Direito e Práxis**, v. 15, n. 3, 2024.

BABOLIM, Daniela Alberton et al. Produção de sentidos sobre o trabalho policial militar. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal.

CAMPOS, Gustavo de Aguiar; SILVA, Flávia Maria Soares Pereira da. Polícia e segurança: o controle social brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2018.

CARVALHO, Walder Braga de. **Aspectos legais da abordagem policial**. Marituba: Instituto de Ensino de Segurança do Pará, 2020.

CASTRO, Fábio Veloso de; MIRANDA, Wando Dias. **Racismo estrutural praticado nas abordagens policiais de jovens negros**. Marituba: IESP/PA, 2022.

DEFANI, Leonardo Caron. **A formação da fundada suspeita na atividade policial: aspectos legais do procedimento de abordagem e busca pessoal conduzidas pelo policial rodoviário federal**. 2017. Monografia (Especialização) – UFMT, Cuiabá, 2017.

FOGAÇA, S. I. Além do processo penal: a influência do racismo institucional na abordagem policial. **Epitaya E-books**, 2022.

GOMES, Marília de Souza; GONÇALVES, Rodrigo de Souza. **A seletividade penal na busca pessoal (art. 244 do CPP) sob a perspectiva do racismo estrutural**. UFRGS, 2022.

MARTINS, José Gilbert Arruda. Violência policial no Brasil e controle social. **Hegemonia**, n. 22, 2020.

ONU. **Prevenindo e combatendo o perfilamento racial de pessoas afrodescendentes: boas práticas e desafios**. 2020a.

ONU. **Recomendação Geral nº 36: prevenção e combate ao perfilamento racial por agentes policiais**. 2020b.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CECSec, 2004.

REIS, Daniely; RIBEIRO, Ludmila. O perfilamento racial nos processos de tráfico de drogas em Belo Horizonte. **Tempo Social**, v. 35, n. 2, 2023.

REIS, Dyane Brito. A marca de Caim: as características que identificam o suspeito segundo policiais militares. **Caderno CRH**, n. 36, 2002.

SINHORATO, Jaqueline et al. **A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Habeas Corpus nº 598.051/SP**. Rel. Min. Rogério Schietti Cruz. Sexta Turma. Julgado em 2 mar. 2021.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Habeas Corpus nº 760.032/SP**. Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro. Sexta Turma. Julgado em 13 set. 2022.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Habeas Corpus nº 769.559/SP**. Rel. Min. Sebastião Reis Júnior. Sexta Turma. Julgado em 6 dez. 2022.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Habeas Corpus nº 779.155/SP**. Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca. Quinta Turma. Julgado em 1 fev. 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso em Habeas Corpus nº 158.580/BA**. Rel. Min. Rogério Schietti Cruz. Sexta Turma. Julgado em 19 abr. 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus nº 208.240/SP**. Rel. Min. Edson Fachin. Tribunal Pleno. Julgado em 11 abr. 2024.

WANDERLEY, Gisela Aguiar. Filtragem racial na abordagem policial: a estratégia de suspeição generalizada e o controle judicial da busca pessoal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 135, 2017.

Como referenciar essa obra:

Junior, J. de D. da S., Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da UFPA, Carvalho Júnior, J. G., & Leal Dias, M. (2026). Proposta de Disciplina: Abordagem Policial e Perfilamento Racial. Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.18285075>